



DOI: 10.31416/rsdv.v13i3.1404

Em prol da Educação Inclusiva: um olhar sobre o Projeto Político Pedagógico

In benefit of inclusive education: a look at Pedagogical Political Project

FIGUEIRÊDO, Shirley Elias de. Mestra em Educação Inclusiva

Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Endereço da instituição. Avenida Cardoso de Sá, s/n - Bairro Vila Eduardo - Petrolina - Pernambuco - Brasil / CEP: 56328-900 / Telefone: (87) 3866-6468 / E-mail: shirleyfigueiredo18@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6665-358X>

SILVA, Josaniel Vieira da. Doutor em Educação

Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Endereço da instituição. Avenida Cardoso de Sá, s/n - Bairro Vila Eduardo - Petrolina - Pernambuco - Brasil / CEP: 56328-900 / Telefone: (87) 3866-6468 / E-mail: josaniel.vieira@upe.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6542-9962>

RESUMO

Compreendemos a necessidade de a gestão escolar defender e estimular a cultura inclusiva. Esta, por sua vez, precisa ser construída de forma democrática, contemplando a formação cidadã e os saberes pedagógicos. Assim, ao falarmos de inclusão escolar, evidencia-se que a construção colaborativa do Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser um instrumento de inclusão. O texto em tela objetiva analisar dois Projetos Políticos Pedagógicos de dois Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs). É um recorte reescrito e adaptado de uma pesquisa de base qualitativa da dissertação de mestrado da autora principal. Para a análise documental, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin. A análise teve como objetivo a imersão no PPP frente à concepção de Educação Inclusiva. Foram identificadas as metas e ações envolvendo a perspectiva inclusiva com o intuito de assistir o público da Educação Especial bem como discutir o papel da gestão escolar na construção do documento. De modo geral, os resultados indicam que a perspectiva inclusiva nos PPPs ainda é incipiente, sendo mencionada de forma pontual apenas em algumas ações e metas. A funcionalidade do PPP está mais relacionada ao âmbito burocrático e indica que a gestão escolar precisa propor momentos coletivos de debates e reflexões a respeito de práticas pedagógicas inclusivas. As ações e estratégias devem ser intensificadas pela comunidade escolar em prol do PPP que assista e priorize o desenvolvimento do/a estudante no processo de inclusão, tendo suas especificidades e potencialidades respeitadas a partir do contexto escolar e da cultura inclusiva.

Palavras-chave: Gestão escolar, Cultura inclusiva, Educação Especial, Pessoa com deficiência, Centro Municipal de Educação Infantil.

ABSTRACT

We understand the necessity for school management to advocate for and promote an inclusive culture. This culture, in turn, needs to be built democratically, encompassing citizenship education and pedagogical knowledge. Thus, when we talk about school inclusion, it becomes evident that the collaborative construction of the Political-Pedagogical Project (PPP) should serve as an instrument of inclusion. The text at hand aims to analyze two Political-Pedagogical Projects from two Municipal Centers for Early Childhood Education (CEMEIs). It is a rewritten and adapted excerpt from a qualitative research study in the principal author's master's dissertation. For the documentary analysis, Bardin's content analysis technique was used. The analysis aimed to immerse in the PPP in



light of the concept of Inclusive Education. Goals and actions involving the inclusive perspective were identified with the intention of supporting the audience of Special Education, as well as discussing the role of school management in constructing the document. Overall, the results indicate that the inclusive perspective in the PPPs is still incipient, mentioned only sporadically in some actions and goals. The functionality of the PPP is more related to bureaucratic aspects. It indicates that school management needs to propose collective moments for debates and reflections on inclusive pedagogical practices. Actions and strategies should be intensified by the school community in favor of the PPP that supports and prioritizes the development of students in the inclusion process, respecting their specificities and potentialities, thus enabling inclusion from the school context and within an inclusive culture. Actions and strategies should be intensified by the school community in favor of the PPP that supports and prioritizes the development of students in the inclusion process, respecting their specificities and potentialities, from the school context and within an inclusive culture.

Keywords: School management, Inclusive culture, Special Education, Persons with disabilities, Municipal Center for Early Childhood Education.

Introdução

Partindo dos princípios democráticos, colaborativos e inclusivos que devem estar atravessados no fazer pedagógico da unidade de ensino, evidencia-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) como um documento que deve ser elaborado por cada instituição, destacando sua identidade através do seu propósito, objetivos, metas e ações pedagógicas, sendo capazes de nortear as experiências escolares de maneira democrática e inclusiva, visando a atender às demandas apresentadas pelo contexto escolar.

Nessa perspectiva, Veiga (2002) considera o PPP como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola na busca de escolhas cabíveis à execução de seu objetivo. Entre os princípios norteadores do PPP, a autora destaca ainda a igualdade de condições para acesso e permanência, especificando não só a igualdade, mas a equidade durante todo o processo educacional. Sendo assim, é preciso utilizar o PPP também para refletir e discutir sobre as ações relacionadas à inclusão, ratificando que, para além do acesso, é necessário evidenciar a permanência, participação e aprendizagem de qualidade de todos e todas as estudantes a partir do aprimoramento dos sistemas educacionais, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 2015), considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir dessa consideração e com o intuito de potencializar a inclusão escolar, entende-se a necessidade da colaboração da gestão escolar em defender e estimular a cultura inclusiva construída de forma dialogada e democrática, contemplando a



formação cidadã e os saberes pedagógicos, e potencializando que o processo de inclusão possa ser vislumbrado por toda a comunidade escolar.

Desse modo, observa-se a importância de investigar a perspectiva inclusiva do PPP em prol da Educação Especial. Logo, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o PPP frente à concepção de Educação Inclusiva. Com esse propósito, foi preciso identificar as metas e ações envolvendo a Educação Inclusiva com o intuito de assistir as pessoas com deficiência e/ou transtorno bem como discutir o papel da gestão escolar na construção do documento e na mediação e orientação da efetivação das ações e metas.

Assim sendo, a organização do texto enfatiza as discussões teóricas deste estudo, considerando as concepções defendidas por Mantoan e Lanuti (2022), Scavoni (2016), Zanata (2014), Veiga (2002) e Libâneo (2015), como também respalda-se nos documentos legais que ratificam a temática da pesquisa. Em seguida, será apresentada a metodologia, por meio da realização da pesquisa de abordagem qualitativa, contemplando a análise dos PPPs de duas instituições de ensino: Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Sol e Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Estrela. Tal análise, aqui reescrita e adaptada pelos autores, é parte da dissertação da autora principal sob orientação do coautor e foi apresentada via resumo em comunicação oral no Congresso Nacional de Educação (CONEDU) 2024.

O presente texto apresenta o referencial teórico que embasa as análises e discussões. A seguir, traz os aspectos metodológicos empregados na análise dos dados dos PPPs. Os resultados e as discussões trazem o reconhecimento da contribuição significativa do PPP no contexto escolar inclusivo e da importância e necessidade da cultura inclusiva incentivada pela gestão escolar por meio do envolvimento de toda a comunidade no processo democrático e inclusivo na construção do documento. A ênfase na Educação Especial na perspectiva inclusiva é um processo que, aos poucos, está sendo vivenciado nas unidades de ensino. Já a temática inclusiva ainda é apresentada por meio de ações segmentadas. Por fim, percebe-se a fragilidade da função do PPP mediante as necessidades inclusivas.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, ressaltando a relevância social e educacional significativa da pesquisa, relacionada à cultura inclusiva, sendo abordada de forma colaborativa e democrática a partir do PPP. Esse documento é um instrumento capaz de sinalizar caminhos possíveis para a promoção da inclusão



do/a estudante com deficiência e/ou transtorno. Por fim, são evidenciadas as referências que conduziram à discussão teórica deste estudo.

Referencial teórico

Vislumbrando discutir sobre os PPPs diante da perspectiva inclusiva, ressalta-se: “Um bom PPP considera, como meta, fazer da escola um lugar que acolhe indistintamente cada aluno” (Mantoan; Lanuti, 2022, p. 49). Nesse contexto, o acolhimento, a informação, a colaboração, a ação e a avaliação poderiam ser ações norteadoras para a construção colaborativa do PPP. Explica-se: o ato de acolher, no sentido de envolver todo/a estudante, com suas particularidades e potencialidades, desperta o sentimento de pertencimento, eficaz para o seu desenvolvimento social e pedagógico. A obtenção de informações sobre a demanda real da instituição é essencial para propor o planejamento de metas e ações que possam, de fato, atender à realidade escolar. De acordo com Zanata (2014, p. 16):

É no registro do Projeto Político Pedagógico da escola que se garante a presença de ações educativas e colaborativas planejadas, tendo por base a realidade da escola e dos estudantes que nela estão, de forma que seja possível promover uma educação inclusiva e de qualidade a todos os estudantes.

Ou seja, diante da demanda real da instituição, o PPP deve ser construído coletivamente, respeitando as particularidades da comunidade escolar e tornando-o singular e representativo. Sobre a colaboração da comunidade escolar na construção do PPP, Zanata (2014, p. 6-7) ainda destaca:

A definição de papéis na construção do Projeto Político Pedagógico é parte fundante da gestão democrática praticada na escola. Contudo, é preciso que cada membro envolvido no processo escolar, seja ele professor, funcionário ou gestor, perceba-se e se reconheça nesta construção, defina sua postura e seu papel na implementação das ações e metas propostas, colocando-se a serviço da promoção de um processo de inclusão responsável e digna.

Dessa forma, a perspectiva inclusiva do PPP depende da colaboração de todos os segmentos da escola. Todos/as precisam se sentir pertencentes e representados/as nesse processo. Logo, necessitam ter suas falas e reflexões garantidas. É primordial que cada membro envolvido no processo escolar, seja professor/a, funcionário/a ou gestor/a, se reconheça na construção do PPP e



colabore para as construções e execuções das ações e metas, reconhecendo a importância de seu papel e colocando-se a serviço da promoção de um processo de inclusão responsável e de qualidade.

Depois da construção coletiva do PPP, é preciso agir, unindo esforços para “dar vida ao PPP”. Literalmente, é a hora da ação: colocar em prática tudo aquilo que foi planejado. No entanto, durante e após a execução, é imprescindível realizar uma avaliação contínua das propostas idealizadas e realizadas como um momento para refletir coletivamente sobre o que deu certo e o que não deu e o que precisa melhorar. Enfim, é um momento avaliativo que versa entre o proposto e o executado. A partir dessa avaliação, espera-se que ocorra(m) o redirecionamento e/ou a ressignificação das experiências pedagógicas propostas no PPP.

É crucial atentar que o período de execução do documento não deve ser maior que um ano, pois, a cada ano, haverá novas demandas, novos desafios e novas possibilidades. Consequentemente, um novo documento precisa ser construído com o intuito de atender às necessidades do corrente ano.

Assim, tornando-o um documento em movimento, cíclico e inclusivo (planejamento - execução - avaliação), atende-se à demanda educacional tanto dos/as estudantes quanto da equipe pedagógica em consonância aos aparatos legais e aos princípios da gestão democrática. Referindo-se à participação da comunidade escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), no Artigo 14, enfatiza os princípios que devem direcionar a produção do PPP, entre eles: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (Brasil, 1996), ratificando, então, a participação efetiva dos segmentos da escola e fortalecendo a concepção de uma gestão participativa.

Ainda enfatizando a construção do PPP, é válido compreender o significado da sua nomenclatura. Essas três letras - PPP - carregam consigo significados importantes que atravessam as práticas pedagógicas. Mantoan e Lanuti (2022, p. 48, grifos no original) pontuam:

O PPP é um **projeto**, porque reúne e esquematiza as possíveis ações a serem desenvolvidas em um determinado período de tempo, com vistas a listar e organizar as intenções da escola, sempre considerando suas necessidades de reajustes e atualização. É de natureza **política** porque, sendo o documento de identidade da escola, expressa quais as concepções e práticas da equipe escolar referentes à formação dos alunos, ao aperfeiçoamento profissional de seus gestores, professores e demais funcionários e, além disso, gerencia a utilização dos recursos financeiros disponíveis. É **pedagógico**, pois define



e organiza o ensino, assim como os demais projetos educacionais que a escola pretende desenvolver naquele ano.

Logo, um PPP respaldado em seu real significado e atendendo às finalidades a curto, médio e longo prazos, que está comprometido com a realidade da instituição, de acordo com as necessidades da comunidade escolar, ratifica o que é defendido por Mantoan e Lanuti (2022) e serve como um instrumento por meio do qual a escola planeja sua atuação para o ano letivo. A unidade de ensino precisa considerá-lo como um documento primordial, que norteará o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Afinal, o PPP, por ser um documento político e pedagógico, deve ser “vivo” e acessível. Não pode estar engavetado, atendendo apenas a uma demanda administrativa sobre sua existência.

Ratificando a importância da articulação entre o PPP e os princípios da Educação Inclusiva, Scavoni (2016) defende o uso do PPP como mais um instrumento de inclusão, ressaltando que, diante da realidade inclusiva, a perspectiva da emancipação deve estar presente. Isso posto, o PPP precisa ser um documento ativo na instituição escolar, que legitimará as propostas educacionais da unidade de ensino, propondo e socializando práticas inclusivas que possam atender a toda a comunidade escolar assim como formulando estratégias de enfrentamento às relações excludentes já existentes na escola.

Diante desta discussão, vale refletir sobre como a gestão escolar pode colaborar nessa perspectiva, a partir da mediação da construção do PPP, considerando a concepção da Educação Especial na perspectiva inclusiva, levando em consideração as vivências pedagógicas inclusivas e estimulando o caminhar inclusivo por meio do documento.

Libâneo (2015, p. 92) afirma que a cultura da escola ou a cultura organizacional é “[...] conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Ou seja, a partir da interação da comunidade escolar, o espaço escolar vai adquirindo, na convivência do dia a dia, alguns valores, crenças, significados e práticas do próprio grupo da escola, onde essa cultura própria da escola vai sendo internalizada por todos/as.

Portanto, se os valores inclusivos fizerem parte dessa cultura, pressupõe-se que a inclusão do/a estudante com deficiência e/ou transtorno poderá ser vivenciada



com mais dignidade e qualidade, tendo todos os segmentos da escola como participantes ativos no processo de inclusão escolar e a gestão escolar como peça fundamental para garantir o diálogo e a mediação de ações democráticas e inclusivas.

Metodologia

A pesquisa da qual o recorte deste artigo resulta teve uma base de análise qualitativa, considerando a compreensão de determinado contexto social no qual o objeto de estudo se insere (Flick, 2009). A pesquisa qualitativa se destaca por ser de “[...] particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (Flick, 2009, p. 20), buscando investigar e compreender as atribuições de significados e concepções a partir de determinado contexto e realidade social.

Para a etapa de análise dos dois Projetos Políticos Pedagógicos dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) da rede municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes/PE, atendeu-se aos princípios éticos de pesquisa. Foram adotados nomes fictícios: CEMEI Sol e CEMEI Estrela, a fim de identificar as instituições, mas garantir o anonimato das unidades educacionais.

Vale salientar que os documentos disponíveis são referentes ao ano anterior, pois, conforme informado pela gestão escolar dos CEMEIs, o PPP deste ano encontra-se em construção. Ou seja, os PPPs aqui analisados são referentes ao ano de 2023, uma vez que, até junho de 2024, período em que foi solicitado, eles ainda estavam em construção. Destaca-se que, para a realização da pesquisa, teve-se acesso ao campo depois da submissão e autorização do projeto original ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Pernambuco via Plataforma Brasil, sob aprovação do parecer número 6.796.268.

A técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) foi utilizada para a análise e interpretação das metas e ações da escola referentes à inclusão, e, também, sobre o entendimento do que seja Educação Inclusiva, pessoa com deficiência e Atendimento Educacional Especializado (AEE), descritos nos PPPs, que se tornaram categorias de análise.

As informações coletadas nos documentos foram tratadas de forma que pudessem trazer subsídios significativos. Para esse procedimento, foram elaborados



quadros sínteses. Neles, estão descritas as ações e estratégias empregadas para a questão da perspectiva inclusiva que levaram às categorias de análise. Elas foram essenciais para que fosse possível melhor analisar o *corpus* e cada documento: “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 96). Assim, essa fase de tabulação foi essencial, porque ela é uma forma de constituição de dados que contribui para a análise desta etapa da pesquisa, os PPPs.

Posteriormente, foi proposto o diálogo com o referencial teórico, resultando na apresentação das conclusões obtidas a partir das análises feitas nos referidos documentos.

Resultados e discussão

A análise documental para a escrita desta etapa da pesquisa teve como objetivo a imersão no PPP frente à concepção de Educação Inclusiva. Foram identificadas as metas e ações envolvendo a perspectiva inclusiva com o intuito de assistir o público da Educação Especial bem como discutir o papel da gestão escolar na construção do documento. Foi feita uma leitura minuciosa dos documentos, estabeleceu-se uma aproximação com as informações nelas contidas de forma imparcial, mas considerando os contextos de construção de cada documento. De acordo com Bardin (1977, p. 108), a análise do contexto pode ser determinada por dois critérios:

O custo e a pertinência. É evidente que uma unidade de contexto alargado exige uma releitura do meio mais vasta. Por outro lado, existe uma dimensão ótima ao nível do sentido: se a unidade de contexto for demasiado pequena ou demasiado grande, já não se encontra adaptada; também aqui são determinantes, quer o tipo de material, quer o quadro teórico.

Considerando esses aspectos, os PPPs foram analisados em suas abordagens pertinentes à inclusão escolar, relacionadas tanto às metas e ações quanto à discussão do papel da gestão escolar na construção do documento e na mediação e orientação da efetivação das ações e metas propostas nos documentos.

Vale destacar que os PPPs dos CEMELs Sol e Estrela foram analisados separadamente por se entender que cada unidade apresentará suas particularidades e suas concepções pedagógicas:



1 - CEMEI Sol: na apresentação do PPP, observa-se que é defendida uma conduta democrática e colaborativa na elaboração do documento, construído coletivamente em consonância aos interesses da comunidade escolar, resultando em práticas pedagógicas norteadoras para o processo de ensino e aprendizagem baseadas no diálogo, no compromisso e na cidadania.

A organização do documento abrange informações sobre a unidade de ensino, abordando os seguintes tópicos: caracterização, diagnóstico da situação (ambientes interno e externo / potencialidades e fragilidades), missão, visão, valores, objetivos, contextualização do PPP, público-alvo, justificativa, plano de ação, avaliação do projeto, anexos (plano de ação da supervisão, projeto volta às aulas: aprender e brincar e projeto mês de março) e, por fim, a bibliografia utilizada para sua construção.

Buscando compreender a abordagem inclusiva validada no documento e, eventualmente, defendida pela instituição, alguns aspectos do documento chamaram atenção, entre eles a missão, quando destaca os valores éticos e sociais de igualdade. Já os valores institucionais: “compromisso, responsabilidade, qualidade e ética; respeito às diferenças; autonomia individual e coletiva; cooperação; integridade e transparência; disciplina e diálogo e sensibilização” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 20), quando considerados a partir da ótica das particularidades e possibilidades de cada estudante, potencializarão ações mais inclusivas.

Fazendo um adendo sobre a questão de igualdade e pensando na perspectiva inclusiva, sabe-se da importância de garantir a igualdade de oportunidades, levando em consideração as especificidades e potencialidades dos/as estudantes. Dessa maneira, o processo de ensino-aprendizagem precisa também se encontrar pautado no princípio da equidade.

Referindo-se aos valores institucionais: “compromisso, responsabilidade, qualidade e ética; respeito às diferenças; autonomia individual e coletiva; cooperação; integridade e transparência; disciplina e diálogo e sensibilização” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 20), estes, quando considerados a partir da ótica das particularidades e possibilidades de cada estudante, potencializarão ações mais inclusivas. Todavia, é preciso que cada valor elencado na construção do PPP possa “ganhar vida” por meio das atitudes e experiências vivenciadas por toda a



comunidade escolar.

Quanto ao objetivo geral, é proposta a participação ativa dos diversos segmentos da unidade, a fim de “[...] construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o aluno solidário, crítico, responsável, ético, participativo e sensível aos problemas sociais que o cercam” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 20).

A fim de atender ao objetivo proposto, destaca-se, dentre os objetivos específicos: “Atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, cuja meta principal é assegurar condições para o ingresso e a permanência deles no desenvolvimento das ações” (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 21). Ou seja, além da garantia de acesso aos/às estudantes com deficiência e/ou transtorno, sua permanência também é enfatizada, o que favorece vivências que potencializem suas possibilidades de aprendizagem, respeitem suas características e proporcionem espaços e práticas pedagógicas acessíveis para que os/as estudantes possam ter sua participação efetiva no espaço escolar.

Pensando em fortalecer o processo inclusivo, é importante considerar todas as possibilidades inclusivas desde a utilização de termos a atitudes. Sobre isso, é essencial ressaltar a denominação utilizada para se referir aos/às estudantes com deficiência e/ou transtorno, quando foi utilizado o termo: “necessidades educacionais especiais”. O termo encontra-se obsoleto, pois a expressão “especial” relaciona-se ao fato de ter alguma deficiência e/ou transtorno e, por isso, ser considerado “especial”. O sugerido é “necessidades educacionais específicas” ou referir-se como “estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.

Sobre a contextualização do PPP, é evidenciada a oferta de Educação Infantil de qualidade em prol do exercício da cidadania. Desse modo, as hipóteses metodológicas e a organização curricular pressupõem valorizar a temática anual do município, viabilizando a interdisciplinaridade e uma contextualização dos projetos didáticos vivenciados mensalmente. Levando em consideração a proposta, foram inseridos os seguintes valores e fatores:

[...] a cooperação, autonomia individual e coletiva, inclusão, valores sociais, igualdade por todos que compõem a comunidade escolar desta Instituição de Ensino garantindo uma escola transformadora, respeitando cada indivíduo em sua fase de desenvolvimento físico e maturidade na qual se encontram (Jaboatão dos Guararapes, 2023a, p. 21).



A inclusão é citada como um dos fatores que impulsiona o desempenho de uma escola transformadora. São destacados ainda o reconhecimento e o respeito pelas singularidades de cada estudante em prol do seu desenvolvimento. A partir das colocações até aqui apresentadas, que, de certa maneira, favorecem a perspectiva inclusiva, será observado o plano de ação que compõe o PPP, a fim de se compreenderem as propostas desenvolvidas para que as ideias ganhem “vida” nas experiências partilhadas no CEMEI.

No plano de ação, foram mencionados quatro objetivos específicos, entre eles o objetivo específico (estratégico) 3, que visa a “Atender os alunos com necessidades especiais”, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Plano de ação PPP CEMEI Sol - Perspectiva Inclusiva

META	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	TEMPO ESTIMADO
Atender em 70% aos acompanhamentos bimestrais para os/as estudantes com necessidades especiais.	Solicitar à Secretaria de Educação visitas periódicas das assessoras educacionais para orientar os/as professores/as; Conscientizar os pais/responsáveis da obrigatoriedade sobre o acompanhamento clínico e específico de acordo com as necessidades da criança às Unidades de Saúde; Informar ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público os casos de negligência no atendimento.	Gestor/a Escolar; Professores/as; Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação.	Assegurar condições para o ingresso do/a aluno/a e a sua permanência na escola.	Durante todo o ano letivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Diante do objetivo mencionado e analisando de forma geral, tanto a meta quanto as ações traçadas estão relacionadas ao comprometimento em realizar o acompanhamento direcionado às questões sociais e de saúde dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Sabe-se que é válido esse tipo de acompanhamento, uma vez que é ele importante para que o desempenho do/a discente seja eficaz no processo de





ensino e aprendizagem. Entretanto, é preciso ter cuidado para que os propósitos pedagógicos não sejam colocados em segundo plano, sendo preciso também vislumbrar ações referentes ao desempenho pedagógico, atendendo aos princípios que contemplam a inclusão escolar e visando à acessibilidade necessária para garantir, de fato, uma Educação Inclusiva.

Analizando de forma pontual cada proposta, na primeira ação, é bastante válido buscar o/a diálogo/partceria com a Gerência de Educação Especial (GEE), a fim de garantir informações e orientações sobre o caminhar pedagógico inclusivo conforme a realidade da unidade de ensino. Contudo, as orientações/formações propostas, além de orientarem os/as professores/as, podem e devem contemplar toda a comunidade escolar do CEMEI, compreendendo que o processo de inclusão precisa ser um compromisso de todos/as, desde a portaria da escola à gestão escolar, porque o/a estudante pertence à escola e esta precisa estar acessível para garantir o direito à educação de qualidade.

A segunda ação refere-se à conscientização das famílias sobre o acompanhamento clínico da criança. Compreende-se a importância de o/a estudante com transtorno do espectro autista (TEA) ter um atendimento de qualidade também no âmbito da saúde e, diante das suas especificidades, ter acesso às terapias, ao acompanhamento multidisciplinar e, quando preciso, às medicações. Para que aconteça o processo de inclusão escolar significativo, a criança precisa estar bem. Referindo-se ao TEA, é preciso que o/a estudante esteja organizado/a, regulado/a, para que possa vivenciar experiências inclusivas positivas na escola.

Corroborando essa concepção, Mota (2020, p. 73) destaca:

É preciso inicialmente que a criança esteja regulada e organizada sensorialmente para dar conta dos estímulos no ambiente escolar, assim como é necessário que a escola esteja preparada para um trabalho inclusivo com adaptações, se necessário, comunicacionais, curriculares, metodológicas e arquitetônicas; para que possam ser oferecidas a essa criança aprendizagens significativas a partir do nível do desenvolvimento em que se encontra, investindo em suas potencialidades. Acredito que a criança está pronta para o ambiente escolar a partir do momento em que está calma, atenta ao mundo e compartilhando sua atenção com o outro, ou seja, regulada.

Caso contrário, o ambiente escolar pode ser encarado como um agente estressor, ocasionando desde desorganizações comportamentais a sensoriais e impedindo que a criança tenha uma inclusão e uma permanência de qualidade no



ambiente escolar. Por isso, é fundamental que o acompanhamento clínico aconteça, atentando às necessidades específicas e, conseqüentemente, colaborando com o desenvolvimento social e pedagógico da criança.

Sendo assim, para além dos acompanhamentos referentes à saúde, também é preciso dialogar com a família sobre o processo inclusivo vivenciado na escola, sinalizando as possibilidades de desenvolvimento e despertando nas famílias como a relação de parceria entre família, escola e os serviços de saúde pode potencializar os aspectos sociais e pedagógicos a serem estimulados na instituição de ensino.

A última ação proposta no PPP destaca a parceria com o Conselho Tutelar e o Ministério Público sobre possíveis casos de negligência no atendimento. Porém, não foi especificado sobre a qual tipo de atendimento se refere. No entanto, diante do contexto, acredita-se que está relacionado aos atendimentos na área da saúde. Sobre isso, é interessante considerar que muitas famílias ainda enfrentam dificuldades de acesso e acompanhamento aos serviços de saúde, o que compromete o desenvolvimento integral da criança.

Referindo-se aos responsáveis pelas ações propostas, é essencial ampliar essa responsabilidade tanto à comunidade escolar quanto às possíveis parcerias com a GEE e os profissionais de saúde. De acordo com o resultado esperado e mediante as ações, foi salientado assegurar as condições para o ingresso do/a aluno/a e a sua permanência na escola no decorrer de todo o ano letivo. Portanto, é pertinente que a escola, além de orientar a família sobre a importância do acompanhamento clínico, também possa refletir, planejar e propor ações relacionadas ao processo de desenvolvimento pedagógico do/a estudante com deficiência e/ou transtorno.

Assim, ratificando o compromisso pedagógico da escola, é imperativo sinalizar no plano de ação as propostas capazes de reconhecer, valorizar e fortalecer as particularidades e potencialidades da criança autista. Ou seja, quais ações podem ser elaboradas para que o/a estudante com TEA tenha sua inclusão e permanência garantidas? Será que apenas as ações propostas no documento asseguram, de fato, o ingresso e a permanência do/a estudante, público da Educação Especial na perspectiva inclusiva?

Outro ponto destacado no PPP do CEMEI Sol refere-se aos documentos legais que respaldam e norteiam sua construção. Entre eles, é mencionada a LBI nº 13.146, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos

Excluído: -alvo



direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015). Esse direito também atende aos/às estudantes com TEA, pois, perante a lei, são considerados/as pessoas com deficiência.

Além da referida legislação, é imprescindível que as ações propostas no PPP também estejam em consonância com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Com o aumento significativo do quantitativo de estudantes com TEA no CEMEI, torna-se necessário conhecer e considerar as propostas mencionadas na Lei nº 12.764/2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012), a fim de compreender os direitos do/a discente autista e fomentar ações favoráveis ao seu desenvolvimento.

Vale destacar também alguns documentos anexados ao PPP, entre eles o Plano de Ação da Supervisão Escolar, o qual enfatiza a parceria importantíssima e essencial entre supervisor/a pedagógico/a e professor/a, cujos acompanhamento, planejamento e orientação sobre a prática docente contribuem com as ações, projetos e interações, evidenciando a diversidade de experiências que promovam o desenvolvimento de todas as crianças.

Como um documento norteador, ainda em anexo ao PPP, é apresentado o calendário letivo com sugestões de temáticas a serem evidenciadas. Entre as propostas mencionadas, algumas são relacionadas à Educação Inclusiva, conforme apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Sugestões: Temáticas inclusivas - Calendário letivo CEMEI Sol

MÊS	SUGESTÕES DE TEMÁTICAS
Abril	03 a 05/04 - Conhecer para incluir (Semana Municipal de Conscientização do Autismo)
Agosto	Semana da Pessoa com Deficiência (a combinar)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Pode-se verificar que, nos meses de abril e agosto, são ratificadas as sugestões que fazem parte do calendário anual da rede de ensino do município, favoráveis para colaborar com as ações pautadas na inclusão. No entanto, é preciso ter cuidado para não invisibilizar os/as estudantes com deficiência e/ou transtorno durante os demais





meses e apenas nos meses sugeridos propor ações que os/as contemplem.

É essencial lembrar que a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, que deve contemplar todos os níveis e etapas de ensino bem como perpassar todo o fazer pedagógico na perspectiva inclusiva, e não ser fomentada apenas em momentos “comemorativos”. Como os/as estudantes com deficiência e/ou transtorno estão nas nossas escolas todos os dias, todos os meses, não é preciso esperar os meses mencionados para realizar ações que os/as contemplem ou que coloquem a inclusão como pauta.

Foram anexados também dois projetos vivenciados durante o ano letivo: “Maracatu: brincadeira para tocar, cantar e dançar!” (projeto do mês de fevereiro - período: 09 a 28/02/2023) e “Hoje menina, amanhã mulher: o seu lugar é onde quiser!” (projeto do mês de março - período: 07 a 17/03/2023). Foi possível observar que os dois projetos mencionaram nos objetivos específicos o proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de acordo com a rede municipal de ensino do município: “(EI05EO11JAB) Valorizar as características individuais respeitando as diferenças físicas, étnico-raciais e de pessoas com deficiência, com base nas leis específicas 10.639/2003, 11.645/2008 e 13.146/2015” (Brasil, 2018).

Isso posto, promover a inclusão e a permanência da pessoa com deficiência e/ou transtorno no CEMEI é mencioná-la e valorizá-la durante as diversas temáticas enfatizadas no decorrer das ações e dos projetos vivenciados, além de dialogar com as crianças e demonstrar atitudes e comportamentos que valorizem o respeito às especificidades de cada uma, potencializando suas existências.

2 - *CEMEI Estrela*: analisando o PPP, o documento inicia evidenciando a importância do PPP e ressalta sua finalidade de “ajudar a manter coletivamente uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes, agentes educacionais e comunidade” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 4). O PPP é destacado como uma necessidade da unidade de ensino, responsável por expressar a autonomia e a identidade da instituição por meio dos registros históricos relacionados ao contexto social, no qual está inserido o CEMEI bem como organizar as práticas, ações e metas a curto, médio e longo prazos.

Referindo-se à organização do documento, esta apresenta tópicos relacionados às informações a respeito da instituição, evidenciando os seguintes itens: caracterização, diagnóstico da situação (ambientes interno e externo /





potencialidades e fragilidades), missão, visão, valores, objetivos, contextualização do PPP, público-alvo, justificativa, plano de ação, avaliação do projeto e anexos (plano de ação da supervisão escolar), finalizando com as referências utilizadas para sua produção.

É evidenciado que o PPP se constitui na organização do trabalho pedagógico do CEMEI, considerado um instrumento “vivo” e alinhado com as propostas da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes. Diante das propostas, são mencionados alguns desafios, entre eles destaca-se: “Uma educação inclusiva, que seja capaz de construir pontes entre diversos grupos humanos. Conforme Lei Federal nº 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 5). Com isso, serão identificadas e analisadas as metas e ações que se propõem a atender ao desafio mencionado.

É ressaltado ainda que o PPP é aliado com a proposta da Rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes, sendo o planejamento anual construído em consonância com a temática anual na Rede, a qual é evidenciada nos projetos e planejamentos de aula durante todo o ano letivo. Também, é pontuado que toda a dinâmica proposta no documento se encontra em consonância às legislações vigentes, entre elas a LBI nº 13.146 (Brasil, 2015), referentes aos direitos da pessoa com deficiência. Assim como na análise anterior do PPP CEMEI Sol, é importante consultar as demais legislações que garantem o aparato legal à pessoa com deficiência e/ou transtorno.

De acordo com o documento, a missão do CEMEI Estrela é “Oferecer à comunidade um serviço escolar pedagogicamente planejado e amplamente acolhedor onde haja inclusão social e o pleno desenvolvimento da criança” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 12). O objetivo geral é “Promover o desenvolvimento de uma gestão democrática dentro de uma parceria entre alunos, pais e professores para a realização de um trabalho responsável e compartilhado no processo educacional, observando sempre o cumprimento das leis” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 13), que potencializará a participação colaborativa de toda a comunidade no processo de inclusão.

Entre os objetivos específicos, destaca-se o seguinte: “Manter a proposta da gestão participativa e acompanhar e subsidiar o trabalho docente” (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 13). No que se refere à gestão participativa, observa-se a possibilidade de diálogos e parcerias construídas a partir da gestão e envolvendo toda



a comunidade escolar em prol de algumas ações, que podem ser articuladas à proposta inclusiva.

O documento ainda evidencia alguns projetos a serem desenvolvidos durante o ano, entre eles destaca-se o projeto relacionado à Educação Inclusiva, que visa à

conscientização de toda [a] comunidade escolar sobre a inclusão e respeito à pessoa com deficiência; trabalhar sobre dias reservados à consciência de cada patologia e atividades diversas em parceria com as professoras da sala de recursos multifuncionais (Jaboatão dos Guararapes, 2023b, p. 6).

Observa-se uma proposta inclusiva que investe no trabalho colaborativo, abrangendo todos os agentes pertencentes às vivências no CEMEI, por meio da sensibilização e conscientização sobre o processo inclusivo, abordando discussões com temáticas diversificadas que contemplem a pessoa com deficiência e mantendo uma parceria importante com a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e, consequentemente, com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diferentemente do CEMEI Sol, o CEMEI Estrela conta com o serviço de Atendimento Educacional Especializado, possuindo uma SRM em funcionamento nos horários da manhã e da tarde. É um serviço imprescindível de mediação e orientação sobre o desenvolvimento do processo inclusivo escolar, contemplando a pluralidade de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Referindo-se ao plano de ação, foram mencionados dez objetivos específicos (estratégicos), dentre os quais destaca-se: “Educar para inclusão”, conforme o Quadro 3:

**Quadro 3 - Plano de ação PPP CEMEI Estrela - Perspectiva Inclusiva**

OBJETIVO ESPECÍFICO (ESTRATÉGICO) - 9: Educar para inclusão				
METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS	TEMPO ESTIMADO
Manter em 100% ações que propiciem novas ferramentas para despertar na criança o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar, despertando os/as estudantes para a Educação Inclusiva.	Criar planejamentos totalmente voltados para o assunto; Utilizar-se de campanhas nacionais e municipais sobre o assunto para planejar aulas, ações e projetos; Trazer livros e histórias que enfatizem a inclusão.	Gestão, supervisão, docentes e professores/as da sala de AEE.	Crianças e adultos mais humanos, conscientes no respeito e demonstração de amor à pessoa com deficiência.	Durante todo o ano letivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A meta apresentada ressalta ações que enfatizam o pertencimento do/a estudante no espaço escolar, evidenciando propostas direcionadas ao processo de Educação Inclusiva dos/as discentes. Com o intuito de favorecer o desenvolvimento da meta proposta, são apresentadas três ações, que serão analisadas a seguir.

A primeira ação, envolvendo a criação de planejamentos, é interessante, porém é essencial compreender a temática da inclusão como um tema transversal, cuja perspectiva inclusiva pode e deve estar presente em consonância aos conteúdos programados durante todo o ano letivo, não necessariamente em um planejamento exclusivo sobre inclusão.

Em seguida, apresenta-se a ação relacionada às campanhas nacionais e municipais sobre a inclusão, sendo utilizadas para o planejamento de aulas, ações e projetos. Considera-se significativa tal proposta, pois estar atento/a ao que está sendo discutido sobre a inclusão, nos âmbitos nacional e municipal, é fundamental para se compreender cada vez mais sobre o processo inclusivo e, assim, promover experiências conforme o proposto. Todavia, é preciso ter cuidado para não resumir as ações inclusivas do CEMEI apenas às campanhas pontuais existentes, como: Semana da Pessoa com Deficiência e Semana de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista, entre outras, e desconsiderar a interdisciplinaridade das





temáticas na perspectiva inclusiva durante o ano letivo.

Na terceira e última ação, é sugerida a utilização de livros e histórias relacionados à inclusão, uma estratégia crucial para que a discussão sobre a inclusão possa ser vivenciada pelos/as estudantes de forma lúdica e significativa. Sendo assim, com o objetivo de compartilhar o conhecimento e o diálogo sobre a inclusão na Educação Infantil, é crucial reconhecer e valorizar recursos educativos que possam promover o entendimento a respeito da inclusão, levando em consideração uma linguagem adequada, rodas de conversas e estratégias lúdicas, por meio de vídeos educativos, jogos, contação de história etc.

Referindo-se aos/as profissionais responsáveis pelas ações, é destacado o/a professor/a do AEE, evidenciando uma parceria importante e necessária entre a gestão e professores/as do ensino regular e do AEE como uma forma de contextualizar a temática inclusiva de forma colaborativa no ambiente escolar, agregando conhecimento e vivências de três potentes segmentos da escola, capazes de partilhar atitudes e propostas inclusivas a todos que fazem parte do ambiente escolar, principalmente para as crianças. Além da participação significativa desses três segmentos, é primordial que toda a comunidade escolar também esteja comprometida com a efetivação das ações propostas.

Diante da atuação do/a profissional do AEE, é imperativo que as ações a serem desenvolvidas nesse serviço também sejam mencionadas no PPP. Nas atribuições do/a professor/a que atua na SRM, descritas na Instrução Normativa SME/JG nº 03/2022, no Art. 9º, inciso X, destaca-se a importância de “propor ações voltadas para a perspectiva da Educação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Educacional e garantir a sua ação” (Jaboatão dos Guararapes, 2022, p. 3).

Ou seja, por ser um documento que norteará as experiências anuais da instituição, o PPP é essencial para que a comunidade escolar tenha conhecimento das ações oferecidas pelo AEE, entendendo a importância de sua existência e seu funcionamento. Posto que o AEE não é um serviço à parte da unidade de ensino, constitui-se como um serviço que precisa interagir, dialogar e somar as práticas pedagógicas desenvolvidas, levando em consideração a perspectiva inclusiva para o desenvolvimento dos/as estudantes e ações relacionadas à sensibilização e disseminação de informações sobre a inclusão de toda a comunidade escolar.

Logo, a participação docente do AEE precisa ser garantida na construção do



PPP, pois é um/a profissional que precisa estar ciente das demandas inclusivas da escola, especificamente aquelas relacionadas aos/às estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para que possa conduzir e orientar um trabalho efetivo, estimulando o processo de ensino e aprendizagem do/a discente de forma processual e emancipadora.

Ao fim do PPP do CEMEI Estrela, são mencionados os anexos, referentes ao resultado da diagnose da rede em 2022, e o Plano de Ação do Supervisor da Unidade de Ensino. Nesse último documento, é enfatizada a parceria escola-família bem como o diálogo e o acompanhamento do trabalho colaborativo realizado com os/as docentes em prol do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Fazendo um contraponto entre a análise dos dois documentos e levando em consideração as demandas referentes à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, durante as análises dos PPPs foi possível observar, de maneira geral, diante dos contextos educacionais distintos, que a configuração do PPP é diferenciada. Mesmo que contemple os mesmos tópicos, a partir de cada realidade e concepção pedagógica apresentada, o PPP é construído por meio das particularidades da comunidade escolar, tornando-o singular e representativo. Ambos os documentos enfatizam a construção coletiva, abrangendo os segmentos da unidade de ensino.

Referindo-se à perspectiva inclusiva, foi possível perceber que sua abordagem ainda é incipiente nos PPPs, quando se observam poucas informações, discussões, propostas de vivências inclusivas e aparato legal relacionado à inclusão. No entanto, a concepção de inclusão é mencionada pontualmente por meio de objetivos, ações e metas. Logo, percebe-se que propor vivências relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva é um processo que, aos poucos, está sendo vivenciado nas unidades de ensino, mas que, cada vez mais, precisa ser estimulado, esclarecido e vivenciado de forma transversal e dialogada às diversas experiências pedagógicas.

É notório o esforço das unidades em abordar a temática da inclusão. Todavia, as discussões inclusivas são apresentadas no PPP como ações segmentadas e são realizados planejamentos pontuais, abordando uma temática específica da inclusão. Ainda não se consegue observar a inclusão como um princípio que também pode e deve nortear o processo educacional de maneira que a abordagem inclusiva esteja presente na sua completude, atravesse e seja atravessada pelas experiências



educacionais no dia a dia das instituições de ensino.

Outro aspecto comum presente nos PPPs é referente ao PPP 2024. Ambos ainda estavam em construção, o que deixa uma incógnita em relação à sua função de nortear as práticas pedagógicas do ano letivo. É preciso ter a elaboração do PPP como prioridade desde o início do ano, para que a efetivação das suas propostas, de fato, possa contemplar todos os segmentos escolares e que possa ser utilizado como instrumento “vivo” e inclusivo de ações pedagógicas para todos/as.

Considerações finais

Diante das análises dos documentos, foi possível perceber desafios, tensões e perspectivas que perpassam a construção dos PPPs dos CEMELs Sol e Estrela. Logo, compreendendo o PPP como o documento mais democrático da unidade de ensino, é de extrema necessidade e importância a participação da comunidade escolar de forma colaborativa durante seu planejamento, execução e avaliação, atendendo às demandas emergentes do cotidiano escolar. A partir da sua construção coletiva, a instituição obtém uma identidade social e pedagógica, que precisa “ganhar vida” diante das práticas pedagógicas e docentes.

É preciso compreender que o PPP é muito mais que apenas um documento obrigatório, uma formalidade a ser cumprida pela escola para atender aos princípios administrativos e burocráticos. Ele representa a identidade social e pedagógica da escola, construída coletivamente pela comunidade escolar, mediante o contexto educacional, garantindo a reflexão, sistematização e implementação de ações democráticas, pedagógicas e inclusivas.

Partindo desse princípio e diante do objetivo de pesquisa, foi possível analisar o PPP, considerando a perspectiva inclusiva, sendo viável identificar que ambos os PPPs apresentam uma abordagem inclusiva ainda elementar e pontual. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi atingido, visto que percebeu-se também a ausência de propostas e estratégias direcionadas ao processo de ensino-aprendizagem do/a estudante com deficiência e/ou transtorno, que, de fato, possa favorecer, quando necessário, adequações desde a acolhida até suas vivências pedagógicas diárias na instituição de ensino. São considerações que precisam estar sinalizadas e discutidas no PPP, para que, juntos, os segmentos da comunidade escolar possam criar mecanismos para favorecer o processo de desenvolvimento do/a



discente.

Destaca-se ainda a importância do papel fundamental da gestão escolar em propor momentos que favoreçam os debates e reflexões a respeito das práticas pedagógicas inclusivas, buscando contemplar todos/as os/as estudantes mediante suas especificidades e potencialidades.

Os achados da pesquisa a partir da leitura e análise feita dos PPPs levam a crer que a concepção inclusiva deve atravessar e ser atravessada pelas ações e estratégias que vislumbram o contexto educacional em prol da construção do PPP de forma emancipatória, priorizando assistir o desenvolvimento do/a estudante no processo de inclusão escolar, tendo a gestão escolar como alinhada importante nesse processo inclusivo.

Por fim, finalizando este estudo, é esperado ter contribuído com o debate e reflexões acadêmicas, instigando novas pesquisas na área investigada, bem como corroborar para a compreensão de que a inclusão pode e deve ser um princípio norteador do processo educacional de modo que a abordagem inclusiva esteja presente na sua completude e seja contemplada nas experiências educacionais no dia a dia das instituições de ensino.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro





Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 27

set. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Secretaria Executiva de Educação. **Instrução Normativa SME/JG Nº 03/2022.** 2022. (Mimeo).

JABOATÃO DOS GUARARAPES. CEMEI Sol. **Projeto Político Pedagógico.** CEMEI Sol, 2023a. (Mimeo).

JABOATÃO DOS GUARARAPES. CEMEI Estrela. **Projeto Político Pedagógico.** CEMEI Estrela, 2023b. (Mimeo).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV, 2022.

MOTA, Carol. **Autismo na educação infantil: um olhar para interação social e inclusão escolar.** Curitiba: Appris, 2020.

SCAVONI, Mariana Paula Pereira. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento.** 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/4ae62e26-157e-4968-9816-2d7eba8dc08c>.

Acesso em: 27 set. 2024.





VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.

ZANATA, Eliana Marques. **O papel do professor da educação especial na construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola**. Acervo digital UNESP, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155279>. Acesso em: 27 set. 2024.

